

A Câmara e o Senado retorna suas atividades legislativas após o recesso informal (como não foi votada a LDO não poderia haver recesso). A expectativa de votação das propostas na área econômica, mas temas sensíveis principalmente no Senado poderão entrar em votação como o pacote do veneno, marco temporal, regularização fundiária. Ainda teremos desdobramentos na Câmara da CPI do MST que tem prazo regimental para encerrar no final de setembro, no Senado a CPI das ONGs e no Congresso a CPMI do 8 de janeiro que também de prazo regimental de encerramento em outubro.

As pautas das comissões e dos plenários ainda não estão disponíveis.

## CPI das ONGs retoma sessões ouvindo a deputada Waiãpi

Após recesso, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as Organizações não Governamentais (ONGs) volta nesta terça-feira (01) e irá ouvir a deputada federal Sílvia Waiãpi (PL-AP) que vai apresentar denúncias sobre a forma de trabalho das ONGs e Organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) na região amazônica. O convite atende a um requerimento do presidente da CPI, senador Plínio Valério (PSDB-AM). A deputada destacou que as ONGs em questão lucram com os indígenas na Amazônia.

*“Quinhentos anos se passaram, indígenas continuam isolados e há quem ganhe com isso, há quem lucre com essa segregação. São as organizações não governamentais financiadas por governos internacionais que sempre tiveram o Brasil como uma colônia de exploração”, afirmou.*

Sílvia Waiãpi já esteve na CPI no dia 27 de junho, e apresentou denúncias sobre a influência de governos europeus e organismos multilaterais na exploração dos povos indígenas.

## Cacique Raoni envia carta cobrando visita ao presidente Lula

O Cacique Raoni enviou uma carta, na tarde da quarta-feira (26), ao presidente Lula (PT), cobrando que o chefe do governo federal vá ao encontro dos indígenas do Xingu. O cacique lembrou que fez o convite pessoalmente ao petista e, ele, assim como outras lideranças indígenas, aguardam por esse encontro. O encontro é denominado de “Chamado do Cacique Raoni”, e a expectativa dos indígenas era a presença do presidente Lula no encontro que recebe delegações de diversas etnias. Na carta, Raoni diz que conversou pessoalmente com Lula e que todas as lideranças aguardavam a presença do presidente no evento. Segundo ele, o petista disse que conversaria sobre terras que ainda não foram demarcadas e o cacique disse acreditar nas palavras do presidente. Por fim, clama por ação do governo para que garimpeiros e madeireiros não invadam terras indígenas.

***Segundo o mais recente Relatório Anual de Desmatamento (RAD) do MapBiomas, 90% da área desmatada no país no ano passado ficam na Amazônia e no Cerrado***

A área desmatada no Brasil cresceu 22,3% em 2022 segundo o mais recente Relatório Anual de Desmatamento (RAD 2022) do MapBiomas, que consolida dados de todo o território nacional e seus biomas. Foram identificados, validados e refinados 76.193 alertas, que totalizaram 2.057.251 ha de desmatamento no ano passado.

Em quatro anos (2019 a 2022), desde que o RAD foi implementado, foram reportados mais de 303 mil eventos de desmatamento totalizando 6,6 milhões de hectares, o que equivale a uma vez e meia a área do estado do Rio de Janeiro.

A Amazônia e o Cerrado juntos respondem por 70,4% dos alertas e 90,1% da área desmatada em 2022. Embora o Cerrado tenha uma participação de apenas 8,3% no número total de alertas, a área total desmatada representa quase um terço da vegetação natural suprimida no país (32,1%) no ano passado devido ao tamanho dos alertas.

Houve incremento na área desmatada em cinco dos seis biomas brasileiros entre 2021 e 2022, com exceção da Mata Atlântica. Em termos de área, os maiores aumentos ocorreram na Amazônia (incremento de 190.433 ha) e no Cerrado (incremento de 156.871 ha). Em termos proporcionais, os maiores aumentos ocorreram no Cerrado (31,2%) e no Pampa (27,2%).

## Pará mantém a liderança; Amazonas é onde mais cresce o desmatamento

O Estado do Pará lidera o ranking do desmatamento, com 22,2% da área desmatada no país (456.702 ha), seguido pelo Amazonas, com 13,33% (274.184 ha). A área desmatada no Amazonas cresceu 37% em relação a 2021, levando o estado a superar o Mato Grosso pelo

segundo ano seguido. Em terceiro lugar ficou o estado do Mato Grosso, com 11,62% da área desmatada (239.144 ha), seguido da Bahia, com 10,94% (225.151 ha). Ela ultrapassou o Maranhão, que teve 168.446 ha de desmatamento (8,2%). Juntos, estes cinco estados (PA, AM, MT, BA e MA) responderam por dois terços (66%) do desmatamento detectado no Brasil em 2022.

## Quilombos e terras indígenas: os mais preservados

Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) e Terras Indígenas (TIs) permanecem como os territórios mais preservados do Brasil. Os desmatamentos em TIs representaram 1,4% da área total desmatada no Brasil em 2022 e 4,5% do total de alertas validados no período. A maior parte dos alertas (91%) e da área desmatada em TIs (26.598 ha) se encontra no bioma Amazônia. Pelo segundo ano consecutivo, a maior área desmatada em TI ocorreu na TI Apyterewa (PA), com 10.525 ha desmatados em 594 eventos de desmatamento.

Já os desmatamentos que se sobrepõem às CRQs representaram 0,05% da área total desmatada no Brasil em 2022. Do total de 456 CRQs certificadas, apenas 62 (26,1%) tiveram pelo menos um alerta de desmatamento detectado e validado em 2022 com pelo menos 0,3 ha.

## ONU anuncia vencedores do Prêmio de Direitos Humanos 2023

A ONU anunciou como sendo um dos vencedores do seu Prêmio de Direitos Humanos 2023 a Coalizão Global de organizações da sociedade civil povos indígenas, movimentos sociais e comunidades locais para "o reconhecimento universal do direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável". A Co-

alhão Global foi criada em 2020 e reúne mais de 1.350 organizações de 75 países diferentes. O Prêmio de Direitos Humanos da ONU é concedido a cada cinco anos para organizações ou indivíduos que tenham alcançado conquistas extraordinárias em prol dos direitos humanos. Em 2018, a atual presidente da Funai, Joênia Wapichana, foi uma das premiadas.

## Diálogos Amazônicos e Cúpula da Amazônia

Os Diálogos Amazônicos reunirão, entre os dias 4 e 6 de agosto de 2023, no Hangar Centro de Convenções em Belém (PA), um conjunto de iniciativas da sociedade civil organizada com o objetivo de pautar a formulação de novas estratégias para a região. Envolvem, desde a sua organização, representantes de entidades, movimentos sociais, academia, centros de pesquisa e agências governamentais, do Brasil e demais países amazônicos.

O evento integrará a programação da Cúpula da Amazônia, que se estenderá até 9 de agosto na capital paraense, e seus resultados serão apresentados por representantes da sociedade civil aos líderes reunidos na Cúpula. A Cúpula irá reunir os chefes de Estado dos oito países integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além de convidados de outros governos.

As atividades serão divididas entre plenárias (organizadas pelo Governo Federal, com ampla participação social) e atividades auto-organizadas por entidades da sociedade civil, academia, centros de pesquisa e agências governamentais.

Encerrado o prazo para apresentação de propostas de oficinas autogestionadas, um total de 405 atividades foram inscritas como autogestionadas para serem realizadas durante os Diálogos Amazônicos. Haverá ainda oito grandes plenárias organizadas em parceria entre governo, entidades e movimentos, com 3.000 pessoas para cada uma delas.

A reconstrução das políticas públicas para a região amazônica é uma das prioridades anunciadas pelo presidente Lula, e a Cúpula da Amazônia será um importante marco neste sentido, representando a maior iniciativa internacional do Brasil em 2023.

Da mesma forma, o Governo Federal entende a participação social como um elemento central para a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das diversas Amazônias, com inclusão social, responsabilidade e justiça climática.

Haverá cinco sessões plenárias, que deverão gerar relatórios a serem apresentados por cinco representantes da sociedade civil aos líderes dos países amazônicos durante a Cúpula, no dia 8 de agosto. Os temas das plenárias serão divulgados brevemente.

Para além das plenárias, o Governo Federal e o Governo do Estado do Pará apoiarão, por meio de espaços no Hangar Centro de Convenções, a realização de atividades auto-organizadas.

Encerrado o prazo para apresentação de propostas de oficinas autogestionadas, um total de 405 atividades foram inscritas para serem realizadas durante os Diálogos Amazônicos. Haverá ainda oito grandes plenárias organizadas em parceria entre governo, entidades e movimentos, com 3.000 pessoas para cada uma delas.

## TEMAS DAS ATIVIDADES:

**Eixo temático I:** Juventude, Território, Direitos Humanos, Religião e Amazônia, Desenvolvimento, Tecnologias Livres, Mudanças Climáticas, Mulheres Defensoras, Justiça Climática, Saberes, Alimentação, Questão Fundiária, Água, Racismo Ambiental, Bioeconomia, Impactos Ambientais, Demarcação de Terras Indígenas, Desmatamento, Política Pública.

**Eixo Temático II:** Mudanças do Clima, Segurança Alimentar e Nutricional, Políticas Inclusivas, Poluição das Águas, Mulheres, Bioeconomia, Alimentação Escolar, Cultura Alimentar.

**Eixo temático III:** Desenvolvimento Justo, Descarbonização, Energia Renovável, Mineração, Educação Climática, Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas, Inovação Tecnológica, Turismo, Ciência, Cadeias Produtivas, Biomassa, Transição Energética, Petróleo.

**Eixo temático IV:** Unidades de Conservação, Direito à Cidade, Mitigação e Adaptação, Recursos Hídricos, Reciclagem, Conservação Ambiental, Sociobioeconomia, Economia Criativa, Diálogos Inter-religiosos, Agricultura Familiar, Crédito de Carbono, Desmatamento Zero.

**Eixo Temático V:** Crise Climática, COP, Artesanato Indígena, Desenvolvimento Sustentável.

## Autoconvocação à Assembleia dos Povos da Terra pela Amazônia

Os movimentos, redes, coletivos, ativistas, instituições e organizações de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos, negros, camponeses, artistas, religiosos, defensores da natureza, comunicadores, acadêmicos, mulheres e habitantes da Amazônia e de outras regiões do planeta, estarão reunidos de 4 a 9 de agosto em Belém do Pará, Brasil, para a Assembleia dos Povos da Terra para a Amazônia.

O nosso objetivo é influenciar a Cúpula dos Presidentes da Amazônia, que se realizará nos dias 8 e 9 de agosto, e acordar um processo articulado de mobilização de todos os povos da Terra para salvar a Amazônia da atividade humana e das alterações climáticas, para travar as violações sistemáticas dos direitos dos povos e para promover alternativas para uma vida digna em harmonia com a natureza.

Esta convocatória é o produto de um processo de reflexão e convergência que temos vindo a realizar desde 2020 entre o Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA), a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), a Assembleia Mundial para a Amazônia (AMA), e várias organizações indígenas da bacia amazônica e instituições da sociedade civil para acordar os seguintes documentos de propostas que foram levados ao conhecimento dos governos amazônicos:

É com resistência, empenho e esperança de que o grito da floresta seja ouvido, que apelamos a três grandes ações durante a Cimeira dos Presidentes da Amazônia, de 4 a 9 de agosto de 2023, em Belém do Pará, Brasil:

1. A Assembleia dos Povos da Terra para a Amazônia no dia 7 de agosto na Aldeia Cabana.
2. A Marcha dos Povos da Terra para a Amazônia, na manhã do dia 8 de agosto.
3. A avaliação dos resultados da Cúpula dos Presidentes, e a aprovação do roteiro a seguir, no dia 9 de agosto à tarde.

## **Cúpula da Amazônia: Organizações pedem que chefes de países da OTCA priorizem crianças e adolescentes em decisões**

Seis organizações da sociedade civil estão pedindo aos oito países que estarão presentes na Cúpula da Amazônia, em Belém, para que crianças e adolescentes sejam “consideradas com absoluta prioridade nas decisões relativas à proteção e desenvolvimento da região amazônica”. Uma carta assinada pelas entidades foi entregue aos chefes de Estado dos países já confirmados para o evento. Segundo o Instituto Alana, um dos signatários, a carta busca sensibilizar os governos sobre a necessidade de inclusão da criança no tratado de Leticia – que deve ser assinado em Belém durante a Cúpula da Amazônia.

O grupo de organizações aponta “extrema urgência da necessidade de proteção desta parcela da população, frequentemente esquecida em grandes encontros, acordos e decisões internacionais”.

As organizações defendem que a Corte Interamericana de Direitos Humanos já determinou que há relação de interdependência e indivisibilidade entre a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos, destacando que os efeitos adversos da crise climática.

Outro ponto destacado é que a Organização das Nações Unidas (ONU) também já reconhece a importância central da questão, estabelecendo na “Convenção sobre os Direitos da Criança” que as crianças, de 0 a 18 anos, necessitam de proteção especial e que os seus direitos devem ser considerados primordialmente em decisões.